



Quinta-feira, 01 de julho de 2021 às 15:08, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3131364: DECRETO N.º 067/2021

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Leoberto Leal

MUNICÍPIO

Leoberto Leal



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3131364>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

## **DECRETO N.º 067, DE 01 DE JULHO DE 2021**

**INSTAURA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) DE IMÓVEL LOCALIZADO DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO A SER CONDUZIDO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos artigos 6º e 182, da Constituição Federal; nas disposições constantes da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade; e no teor normativo da Lei Federal nº 13.465/2017;

**CONSIDERANDO** a edição da Lei Federal nº 13.465/2017 que estabelece normas e procedimentos para implantação de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA de núcleos urbanos informais;

**CONSIDERANDO** os objetivos da REURB previstos no art. 10 da Lei Federal nº 13.465/2017, especialmente a garantia ao direito social à moradia digna e às condições de vida adequada e a efetivação da função social da propriedade com a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

**CONSIDERANDO** que foi protocolado nesta Prefeitura o requerimento de instauração de processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, conforme a Lei nº Lei nº 13.465/17, do “núcleo urbano informal consolidado” denominado COHAB, localizado na Rua Carlos Guchert, centro deste município.

**CONSIDERANDO** que após a manifestação dos órgãos técnicos desta Prefeitura, concluímos que a análise do requerimento foi realizada dentro do prazo legal de 180 dias contados do seu protocolo;

**CONSIDERANDO** que se trata de “núcleo urbano informal consolidado”, nos termos do que é conceituado pelo artigo 11, incisos I, II e III, da Lei nº 13.465/17;

**CONSIDERANDO** que restou inicialmente comprovado a inexistência de decisão judicial específica que impeça a análise, aprovação e registro do projeto de regularização fundiária urbana, conforme o artigo 74, da Lei nº 13.465/17;

**CONSIDERANDO** que o “núcleo urbano informal consolidado” teve início de sua implantação em meados de 1.994, continuando até ser totalmente ocupado em meados de 2.000, sendo,

portanto, anterior a 22/12/16 para fins de legitimação fundiária, doação, venda direta aos ocupantes, concessão de uso especial para fins de moradia ou autorização de uso;

**CONSIDERANDO** que ficou demonstrado após cadastro social realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social que o “núcleo urbano informal consolidado” é ocupado por população predominantemente de baixa renda, qualificando a regularização como de interesse social - Reurb-S, segundo o artigo 13, I, da Lei nº 13.465/17;

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica autorizada a instauração da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), do “núcleo urbano informal consolidado” denominado COHAB, localizado na Rua Carlos Guchert, centro deste município, através de procedimento a ser conduzido pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana, constituída pela Portaria nº 151, de 11 de maio de 2021.

**Art. 2º** Para o processamento da REURB-S mencionada no art. 1º deste Decreto, a Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana deverá adotar as medidas necessárias para instruir procedimento administrativo, obedecendo às fases estabelecidas pelo art. 28 e seguintes da Lei Federal nº 13.465/2017.

**Art. 3º** Findo o procedimento administrativo, previsto no artigo anterior, por ocasião da emissão da CRF- Certidão de Regularização Fundiária, será conferida a Legitimação Fundiária aos ocupantes do núcleo urbano regularizado, com fundamento no artigo 23, da Lei nº 13.465/2017.

**Parágrafo único.** Os ocupantes das unidades habitacionais serão beneficiários da Legitimação Fundiária prevista no caput desse artigo, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 23, § 1º, incisos I e II da mencionada Lei Federal.

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de julho de 2021

**VITOR NORBERTO ALVES**  
Prefeito Municipal